



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA– UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS– CCHE
CAMPUS VI – POETA PINTO DE MONTEIRO

MARCIEL ALVES DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE VALOR
ADICIONADO (DVA) A UMA ENTIDADE PÚBLICA**

MONTEIRO-PB,

2013

MARCIEL ALVES DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE VALOR
ADICIONADO (DVA) A UMA ENTIDADE PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção de título de Bacharel, em Ciências Contábeis.

Orientador Prof. Ms José Humberto do Nascimento Cruz

MONTEIRO - PB,

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL – CAMPUS VI

S 586 e Silva, Marciel Alves da.

Um estudo sobre a aplicação da demonstração de valor adicionado (DVA) a uma entidade pública [Manuscrito] / por Marciel Alves da Silva. – 2013.

76f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2013.

“Orientação: Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz,
Departamento de Ciências Contábeis”.

1. Contabilidade pública. 2. Gestão Pública. 3. DVA.

I. Título.

21.ed. CDD

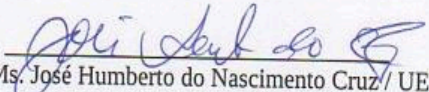
658

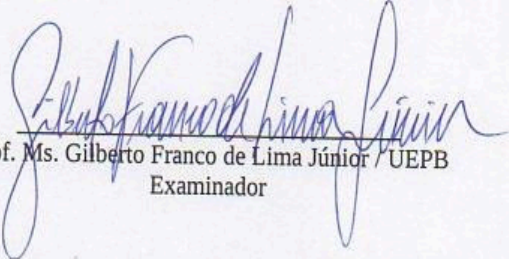
MARCIEL ALVES DA SILVA

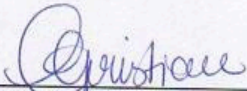
UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE VALOR
ADICIONADO (DVA) A UMA ENTIDADE PÚBLICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Campus VI, como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Bacharelado em Ciências
Contábeis.

Aprovada em 11/09/2013.


Prof. Ms. José Humberto do Nascimento Cruz / UEPB
Orientador


Prof. Ms. Gilberto Franco de Lima Júnior / UEPB
Examinador


Profª Msª Cristiane Gomes da Silva / UEPB
Examinadora

**Dedico aos meus pais pelo total apoio e
incentivo para com meus estudos.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus.

Ao meu orientador, Prof. Ms. José Humberto do Nascimento Cruz pela dedicação e contribuição, para a concretização deste trabalho.

A todos os professores que proporcionaram todo conhecimento e aprendizado necessário para minha formação acadêmica, profissional e pessoal.

A todos os alunos e companheiros de classe pelas trocas de experiências e convivência saudável durante todo o curso.

**“Que continuemos a nos omitir da
política é tudo o que os malfeitores
da vida pública mais querem.”**

Bertold Brecht

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar as informações geradas pela DVA Demonstração de Valor Adicionado (DVA) quando aplicada a um ente público, num estudo de caso na (Prefeitura Municipal de São João do Tigre-PB) no exercício de 2010, a fim de perceber a importância da DVA para auxílio na tomada de decisão dos gestores. Construiu-se um arcabouço teórico acerca do processo de convergência das normas internacionais nas quais estas buscam padronização das informações e procedimentos contábeis junto no âmbito da Contabilidade Pública, englobando a Gestão Pública, Nova Contabilidade Pública, Controle Social e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Percebeu-se então através da aplicação de uma estrutura da DVA adaptada conceitualmente à entidade pública, que a mesma pode ser usada como ferramenta gerencial trazendo informações relevantes ao gestor quando utilizada como índice de avaliação de desempenho na geração de riqueza, e índice de desempenho social na distribuição da riqueza gerada, com a remuneração do trabalho (folha de pagamento, pessoal e encargos sociais), do Governo Imp. Federais e contribuições, e INSS.

Palavras-chave: Nova Contabilidade pública, DVA, Convergência Internacional, Gestão Pública.

ABSTRACT

The present study sought to realize through an exploratory research, the application of a Statement of Value Added (DVA) to a public entity in a case study (City of São João do Tigre-PB), analyzing the information generated by the DVA to aid decision making of managers. We constructed a theoretical framework about the process of convergence of international standards in which they seek standardization of information and accounting procedures together under the Public Accounting, encompassing Public Management, New Public Accounting, Social Control and the Financial Accounting Applied to the Public Sector . Is then realized by implementing a structure of DVA conceptually adapted to public entity, that it can be used as a management tool providing information relevant to the manager when used as an index of performance evaluation in generating wealth, and social performance index distribution of wealth generated, with the remuneration of labor (payroll, personal and social charges), Government Imp. Federal and contributions, and INSS.

Keywords: New Government Accounting, DVA, Convergence International Public Management.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	15
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	OBJETIVOS GERAIS:	16
1.2.2	OBJETIVOS ESPECIFICOS:	16
1.2.3	JUSTIFICATIVA:	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO:	18
2.1	NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA	18
2.2	CONTROLE SOCIAL	19
2.3	GESTÃO PÚBLICA	20
2.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	21
2.4.1	BALANÇO PATRIMONIAL	22
2.4.2	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	23
2.4.3	BALANÇO FINANCEIRO	23
2.4.4	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	24
2.4.5	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	24
2.4.6	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
2.4.7	NOTAS EXPLICATIVAS	25
2.5	DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO	26
3.	PROCEDER METODOLÓGICO	267
4.	ANÁLISE E DISCURSÃO DE RESULTADOS	28
4.1	APRESENTAÇÃO GRÁFICA COMPARATIVA DA DVA	278
4.2	EXPLICAÇÃO DA ADAPTAÇÃO CONCEITUAL E EXTRUTURAL DA DVA	30
4.3	ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA DVA À ENTIDADE PÚBLICA.	32
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	39
	ANEXOS	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DVA: Demonstração do Valor Adicionado

CASP: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

CNM: Confederação Nacional dos Municípios

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

NBCT: Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

PCASP: Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

DCASP: Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

STN: Secretaria do Tesouro Nacional

MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

BP: Balanço Patrimonial

BF: Balanço Financeiro

DVP: Demonstração das Variações Patrimoniais

DFC: Demonstração do Fluxo de Caixa

DMPL: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

LOA: Lei Orçamentária Anual

DVPA: Demonstração das Variações Patrimoniais Ativas

BO-DO: Balanço Orçamentário – Despesas Orçamentárias

BO-RO: Balanço Orçamentário – Receitas Orçamentárias

DVPP: Demonstração das Variações Patrimoniais Passivas

INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social

TC: Tribunal de Contas (Estado da Paraíba)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - DVA- Estrutura Comparativa.....	28
Quadro 2 - DVA- Entidade Pública (aplicação).....	33

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

A Contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio, fenômenos e fatos que o afetam, a mesma tem várias vertentes e campos de atuação, sendo a contabilidade pública uma dessas vertentes que atua sobre a gestão das entidades públicas, que segundo LIMA (2007, pag. 2) diz respeito às “pessoas jurídicas do Direito Público (União, Estados, Distrito, Federal e Municípios), e suas respectivas autarquias e fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público”.

O NBCT 16.1 conceitua contabilidade pública como:

ramo da Ciência Contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios e as normas contábeis direcionados à gestão patrimonial de entidades públicas, oferecendo aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão e à adequada prestação de contas.

Tendo em vista que o objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio, LIMA (2007, pag. 2) diz ainda que o “objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, entendendo este como o conjunto de bens direito onerados e obrigações que o integra e a entidade governamental utiliza como meio para concretização dos seus fins”.

Assim como as demais ciências a contabilidade está em constante mudança, tendo em vista, os novos paradigmas trazidos á tona pelo contínuo e rápido processo de globalização, que, envolve as mais diferentes entidades, sejam elas públicas ou privadas, destacamos o processo agudo de transformação e/ou inovação que a contabilidade pública está passando, no intuito de aperfeiçoar a exposição das informações contidas em seus demonstrativos.

Seguindo esta vertente, o presente trabalho tem como temática a ser explorada, a aplicação de uma DVA (Demonstração de Valor Adicionado), a um ente público (prefeitura).

O problema de pesquisa, que segundo LAKATOS (2008, pag. 107), “esclarece a dificuldade com o qual se defronta e que se pretende resolver por intermédio da pesquisa”, a ser solucionado no presente projeto é: Quais as informações geradas pela DVA, aplicada a um ente público?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL:

Identificar as informações produzidas por uma DVA, (Demonstração de Valor Adicionado), no âmbito da prefeitura municipal de São João o Tigre –PB, no exercício de 2010, atendendo as vertentes principais do demonstrativo em pauta.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS:

Identificar a aplicabilidade da DVA no auxílio À tomada de decisões;

Evidenciar a geração e a distribuição de riqueza (se for o caso) no ente público em estudo; e

Propor a utilização da DVA com demonstrativo que fornece alto poder gerencial.

1.2.3 JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, a CASP, passa por um processo agudo de adaptação e/ou

transformação, na forma de expor suas informações contábeis; Esse processo envolve dentre outras mudanças, os Demonstrativos publicados pelos entes públicos. Neste âmbito surge a oportunidade de se perceber através de um estudo de caso, quais as informações, geradas pela aplicação de um demonstrativo (DVA) típico de uma entidade privada, até então não utilizado no setor público, para que se perceba a gama de informações geradas pelo mesmo. O presente estudo trará uma nova ótica quanto à exposição e/ou apresentação das informações contábeis de um ente público, contribuindo ainda para uma nova perspectiva de evidenciação de informações no que diz respeito aos demonstrativos contábeis, paralelamente as novas práticas a serem implantadas no âmbito da CASP, trazidas pelo processo de convergência das normas internacionais. E ainda será mais um instrumento avaliatório, que os gestores públicos e afins, poderão fazer uso, e lhe ser útil nas tomadas de decisões, quanto aos entes por eles administrados.

Deve-se enfatizar a carência de estudos na área do presente trabalho, uma vez que até o presente momento de construção deste, não foi encontrada nenhuma obra de caráter semelhante a tal pesquisa.

Deste modo a pioneira aplicação da DVA a um ente publica abrirá uma nova perspectiva de estudos, voltados para tal área, e mais especificamente no que diz respeito ao estudo que se fará acerca da riqueza gerada e distribuída pelos entes públicos no intuito da percepção do déficit ou superávit, auferido em determinado período, e ainda, a evolução do patrimônio da entidade, levando em conta seus bens adquiridos, alienações, entre outros exemplos que cause mutações ao patrimônio, assim como o percentual que cada remuneração englobou da riqueza gerada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO:

2.1 NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA

A CASP, segundo a ótica do CFC, como sistema de informações específico, vem incorporando novas metodologias e recuperando seu papel, adotando parâmetros de boa governança, demonstrando a importância de um sistema que forneça o apoio necessário à integração das informações macroeconômicas do setor público e à consolidação das contas nacionais.

A citação acima remete, a importância de um sistema de informações que traga informações mais amplas à contabilidade pública, tendo em vista a integração e consolidação das mesmas.

A contabilidade pública, também intitulada governamental, tem seu campo de atuação junto aos entes/entidades públicas ou do direito público interno, ou seja, “a União, os Estados, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações”, (ARAÚJO, 2004, p. 31). Deste modo tem-se buscado aprimorar e/ou até mesmo aproximar-se ao máximo possível dos padrões internacionais de evidenciação de informações contábeis, dos entes públicos levando em conta as particularidades de cada país.

O Brasil passa atualmente por um processo de convergência, no âmbito (CASP); embasado nesta vertente de aprimoramento da evidenciação de informações, tem se discutido muito tais evidenciações das informações contábeis, uma vez que tendo em vista o contínuo processo de globalização, expansão, vivenciado hoje no mundo, a contabilidade pública se lança nesse processo de mudança para que haja maior igualdade e comparabilidade dos seus demonstrativos, principalmente na esfera internacional.

Ao perceber o grande impacto que o processo de convergência trará, e notável a dificuldade de adaptação dos entes a tal processo, por isso o Tesouro Nacional através do Ministério da Fazenda emitiu uma nota nº 1.096 (2012, pág. 3) adiando o prazo estipulado anteriormente para adoção das normas.

“Art. 8º As partes IV (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP) e V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP) deverão ser adotadas por todos os entes da Federação até o término do exercício de 2014,(...). Assim, o prazo para adoção do PCASP e das DCASP, inicialmente definido para o exercício de 2013, foi prorrogado para o término do exercício de 2014”.

Deste modo, percebe-se a tolerância, quanto às dificuldades enfrentadas para se adaptar aos novos padrões da Contabilidade Pública, estipulados pelo processo de convergência. A nota supracitada é prova da percepção da complexidade de tal processo, uma vez que amplia o prazo para adoção do PCASP, e DCASP.

2.2 CONTROLE SOCIAL

O Controle social consiste numa ferramenta de acompanhamento e até mesmo participação popular quanto à administração pública, onde através deste o povo pode inserir suas petições mais prioritárias junto ao governo, no intuito de que este por sua vez as conheça e assim possa atendê-las, e o mesmo ainda, tem o papel de ferramenta fiscalizatória na qual a população, pode se munir para está a par das ações dos gestores, independente da esfera destes (municipal, estadual ou federal).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) ao conceituar Controle Social, diz que este “é a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública no acompanhamento das políticas, um importante mecanismo de fortalecimento da cidadania”.

Seguindo ainda as definições de Controle Social no que tange a ligação entre governo e povo, o Portal da Transparência do Governo Federal traz que:

“As ideias de participação e controle social estão intimamente relacionadas: por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a “Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, podem exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação.”

O Portal da Transparência do Governo Federal discorre ainda sobre a participação popular na gestão pública garantida por lei:

“A participação contínua da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.”

Tendo em vista a dimensão, do nosso país, cabe a cada pessoa a efetiva participação no intuito de fiscalização, cobrança, da aplicação dos recursos públicos juntos aos gestores, a começar no âmbito municipal.

2.3 GESTÃO PÚBLICA

A gestão pública é uma área que ganha cada vez mais ênfase e destaque tendo em vista o processo de mudança e adaptação da Contabilidade Pública, e se acentua uma vez que se percebe a participação fundamental de cada município na economia e desenvolvimento de sua região e/ou estado, e conseqüentemente no próprio País. Visto isso o governo federal criou o Decreto nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005, que visa promover e instituir uma gestão pública com excelência.

O ato de gerir uma entidade compete cada vez mais necessidade de capacidade administrativa e de um maior conhecimento por parte dos gestores, uma vez que a contabilidade pública caminha para um patamar mais elevado, otimizado e condensado diante das mudanças trazidas pelo processo de convergência das normas que regem a contabilidade pública. Neste ponto os gestores tendem a buscar cada vez mais informações no intuito de se conhecer melhor a situação econômica financeira da entidade que os mesmos regem, tendo em vista as implicações e prejuízos que uma má gestão das contas públicas e publicação errônea dos dados contábeis podem trazer para o município, assim como para o seu gestor.

O administrador da máquina pública deve prezar pelo modelo de responsabilidade na gestão fiscal tido como exemplo na Cartilha da Nova Contabilidade e Gestão Fiscal Modernização da Gestão Pública (pag.18) no qual:

“é aquele que se empenha na preservação do equilíbrio das contas públicas por meio da observação das normas e limites de gastos previstos em lei, e principalmente na prestação de contas sobre o quanto e como se gastam os recursos colocados à disposição da administração pela sociedade.”

A referida citação traz um apanhado geral das petições inerentes a responsabilidade fiscal de um administrador público, principalmente no âmbito da prestação de contas.

A Cartilha da Nova Administração pública do CNM, (2008) traz que tal administração consiste num “modelo de administração pública voltada para a eficiência, eficácia e efetividade do aparelho do Estado, com foco em resultados”, e ainda define cada ponto, trazendo como eficiência “a capacidade de selecionar e usar os meios efetivos e de menor desperdício a fim de realizar uma tarefa ou um propósito. É a relação entre os custos e os produtos obtidos”; eficácia como “o alcance de objetivos e metas, ou seja, do resultado ou da mudança pretendida em uma dada realidade, em determinado tempo, independentemente dos custos envolvidos”; e a efetividade diz respeito “à obtenção da maior quantidade/qualidade de impactos positivos e do menor número dos impactos negativos”.

2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

As Demonstrações Contábeis tem um papel fundamental, no processo de convergência das normas internacionais, uma vez servem de instrumento de acompanhamento, e de evidenciação das contas públicas, e da situação econômica, financeira e patrimonial de uma entidade.

Facilitar o processo de adaptação dos entes público em vista da processo da padronização que também ocorre, no demonstrativos, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN nº 437/2012) publicou o Manual de Contabilidade Aplicada ao

Setor Público,(MCASP) Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, que tem como objetivo:

“padronizar os conceitos, as regras e os procedimentos relativos às demonstrações contábeis do setor público a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com os procedimentos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).”

O MCASP elenca as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo de aplicação da contabilidade do setor público, disciplinadas por esta Parte, incluindo as exigidas pela Lei nº 4.320/1964, são:

- a) Balanço Patrimonial (BP);
- b) Balanço Orçamentário (BO);
- c) Balanço Financeiro (BF);
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

2.4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) segundo a Resolução (CFC nº 1.049/05) é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

O MCASP (pag. 29) define o BP, como: “a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação”.

Ao se analisar o BP, pode se auferir, várias informações, geradas pelos diversos índices principalmente os de liquidez e de endividamento que remetem à capacidade de liquidação de suas obrigações, tendo em vista as disponibilidades em caixa e bancos, e

ainda os índices de endividamento que trazem a situação da entidade quanto ao endividamento da mesma.

2.4.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, segundo o (MCASP, pág. 7):

“apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstrará também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.”

A aplicação do presente demonstrativo permite segundo o MCASP, uma análise e verificação no intuito de preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão orçamentária.

2.4.3 BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o MCASP, o Balanço Financeiro (BF), evidencia a movimentação financeira das entidades demonstrando a receita e a despesa orçamentária, incluindo os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

A análise e verificação do mesmo segundo o MCASP, além de preparar os indicadores que possibilitarão a avaliação da gestão financeira da entidade, possibilitará também apuração do resultado financeiro do ente público em um determinado exercício.

2.4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), segundo o Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

Segundo o MCASP (pag. 22), a avaliação de gestão a partir da DVP, objetiva-se a apurar o quanto e de que forma a administração influenciou nas alterações patrimoniais quantitativas e qualitativas, avaliando o resultado patrimonial, que é afetado tanto por fatos orçamentários quanto extra orçamentários, observando os itens mais relevantes que interferiram no superávit ou déficit.

2.4.5 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), de acordo com o MCASP (pág. 39), proporciona aos usuários da informação contábil, um instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez evidenciando ainda as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- (a) operacionais;
- (b) dos investimentos; e
- (c) dos financiamentos.

Quanto a análise da DFC, esta visa perceber desempenho financeiro da entidade, o MCASP (pag. 43) diz ainda que:

“A DFC é também um importante instrumento de avaliação da gestão pública, pois permite inferir, em nível macro, quais foram as decisões de alocação de recursos na prestação de serviços públicos, em investimentos e financiamentos, além de permitir a verificação de como a administração influenciou na liquidez da entidade, de forma a prevenir insolvência futura”.

2.4.6 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) é o demonstrativo responsável por evidenciar as mutações incorridas no patrimônio da entidade, em determinado período.

O MCASP (pag.44) diz que a DMPL, objetiva demonstrar:

- “a) o déficit ou superávit patrimonial do período;
- b) cada mutação no patrimônio líquido reconhecida diretamente no mesmo;
- c) o efeito decorrente da mudança nos critérios contábeis e os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores.
- d) as contribuições dos proprietários e distribuições recebidas por eles como proprietários”.

2.4.7 NOTAS EXPLICATIVAS

A administração pública ainda pode munir-se das notas explicativas, para melhor entendimento e elucidação dos seus demonstrativos contábeis. O MCASP (pag. 47) diz ainda que:

“As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Contêm informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações e oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens anteriormente divulgados, além de informações acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.”

2.5 DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

A Demonstração de Valor Adicionado (DVA), não está inclusa nos demonstrativos aplicados ao setor público, no entanto esta por sua vez é alvo de estudo no presente trabalho, sendo trabalhado os seus conceitos e funcionalidades no intuito de compreensão da mesma, para que se faça a sua aplicação a um ente público.

Seguindo a vertente, de inovação e/ou aprimoramento da CASP, o presente trabalho, apoia-se sobre a ótica do uso da DVA, segundo SIQUEIRA (2006), “a DVA tem sido apontada como um dos mais significativos instrumentos a serem incorporados ao atual leque de demonstrações contábeis obrigatórias em uma reforma vindoura da lei das S. A”., em grande parte devido ao seu viés social, O CPC 09 (pág. 2) diz que A DVA “deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas”, e que a mesma e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período, auferindo o Valor Adicionado que o CPC 09 define como:

“a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade”.

Em outras palavras o montante de riqueza que ficará a disposição da entidade, para que a mesma faça a respectiva distribuição.

3 PROCEDER METODOLOGICO

A Metodologia utilizada para a construção do presente estudo de caso, que conforme SILVA (2008, pag. 57) “é um estudo, que analisa um ou poucos fatos com profundidade”; trata-se de uma pesquisa exploratória que conforme SILVA (2008, pag.59) é “aquela realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Tratando-se também de uma pesquisa documental, que segundo SILVA (2008, pag. 55), e aquela “realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados, tais como: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, entre outros”, a fim de se obter os demonstrativos publicados pela entidade pesquisada; Uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com SILVA (2008, pag. 54), esta pesquisa “explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos, científicos, etc.” acerca da composição do demonstrativo a ser aplicado (DVA); fazendo-se uso de pronunciamentos contábeis oriundos do CPC (Comitê de pronunciamentos contábeis).

Como período em análise da presente pesquisa, tem-se o exercício do ano de 2010, da prefeitura municipal de São João do Tigre – PB.

4 ANÁLISE E DISCURSÃO DE RESULTADOS

4.1 APRESENTAÇÃO GRÁFICA E COMPARATIVA DA DVA

Os quadros a seguir trazem a adaptação conceitual e estrutural que a DVA sofreu, para amoldar-se as contas da entidade pública, tendo em vista que alguns conceitos foram interpretados para entrar em consonância com as contas do Balanço emitido pela entidade alvo do estudo de caso. No presente estudo foi usada também a representação gráfica base de NEVES, VICECONTI, (2005, pág. 311). No segundo momento tem-se o quadro com a estrutura conceitual da DVA, apropriada a entidade pública.

Quadro 1 – Estrutura Comparativa

DVA - Entidades Privadas		
I	Geração do Valor Adicionado-Elementos	
1	(+)	Receitas Operacionais e não Operacionais
2	(-)	Custo das Mercadorias, Produtos e Serviços Vendidos.
3	(-)	Serviços adquiridos de terceiros

DVA- Entidades Públicas (Adaptação)		
I	Geração do Valor Adicionado-Elementos	
1	(+)	Receitas orçamentárias, Correntes, de capital, Extra orçamentária e a Mutação patrimonial ativa
2	(-)	Material de consumo.
3	(-)	Serviços adquiridos de terceiros (Pessoa

4	(-)	Materiais e Insumos, Energia, Comunicação, Propaganda, etc.
5	(-)	Outros Valores
6	(=)	Valor Bruto Adicionado
7	(-)	Despesas de Depreciação e Amortização
8	(=)	Valor Adicionado Líquido
9	(+)	Valores Remunerados por Terceiros (Juros, Alugueis e outros)
10	(=)	Valor Adicionado à disposição da empresa
11	II	Distribuição do Valor Adicionado
12		Remuneração do Trabalho

		Física e jurídica/ outros serviços).
4	(-)	Materiais, energia, comunicação, diárias, auxílios, etc.
5	(-)	Outros valores (despesas de capital)
6	(=)	Valor Bruto Adicionado.
7	(-)	Despesas de Depreciação e Amortização
8	(=)	Valor Adicionado Líquido
9	(+)	Valores Remunerados por terceiros (juros alugueis e receitas imobiliárias)
10	(=)	Valor Adicionado à disposição da entidade.
11	II	Distribuição do Valor Adicionado
12		Remuneração do Trabalho (folha de pagamento, pessoal e encargos sociais)

13		Remuneração do Governo (Impostos e Contribuições)
14		Remuneração do Capital de Terceiros (Juros, Aluguéis, etc.)
15		Remuneração do Capital próprio (Dividendos e Lucros Retidos)
16		Outros
17	(=)	Total do valor distribuído (Igual ao total gerado)

13		Remuneração do Governo (Imp. Federais e contribuições, e INSS)
14		Remuneração de Capital de Terceiros (Juros e alugueis)
15		Remuneração do Capital Próprio (Déficit ou superávit)
16		Outros
17	(=)	Total do valor distribuído

4.2 EXPLICAÇÃO DA ADAPTAÇÃO CONCEITUAL E EXTRUTURAL DA DVA

Cada linha do quadro acima foi enumerada no intuito de melhor percepção da adaptação que o demonstrativo sofreu, para entrar em conformidade com as contas da entidade pública.

Campo 1: Entidades privadas tem as Receitas Operacionais e não Operacionais; As Entidades publicas, tomaram-se as Receitas orçamentárias, Correntes e de Capital, as Extra Orçamentárias e a Mutação patrimonial ativa, uma vez que a entidade pública se utiliza dessas receitas para seu funcionamento;

Campo 2: Entidades Privadas tem-se o primeiro item a ser subtraído das Receitas Operacionais e não Operacionais, que são o Custo da mercadorias, Produtos

e Serviços Vendidos que remete ao custo que tem-se para que a entidade venda seus produtos ou forneça seus serviços; Na entidade pública considerou-se o material de consumo utilizado nas atividades da mesma;

Campo 3: Entidades Privadas tem-se o segundo item a ser subtraído, com os Serviços adquiridos de terceiros ou seja os contratados pela mesma; Na entidade pública tem-se os mesmos Serviços adquiridos de terceiros (Pessoa Física e jurídica) e ainda outros serviços também contratados pela entidade;

Campo 4: Entidades Privadas observa-se o Terceiro item a ser subtraído com os Materiais e Insumos, Energia, Comunicação, Propaganda, etc. Na entidade pública tem-se Materiais, energia, comunicação, diárias, auxílios, etc. englobando-se as diárias e auxílios, sendo estes comuns na administração pública;

Campo 5: Nas entidades privadas diz respeito a outro item subtraído, na conta outros valores; Nas entidades públicas tem-se Outros valores e as despesas de capital;

Campo 6: Tem-se o total do Valor Adicionado Bruto, nos dois tipos de entidade;

Campo 7: Nas duas entidades tem-se as Despesas de Depreciação e Amortização;

Campo 8: Tem-se o resultado do Valor Adicionado Líquido depois de subtraído as despesas de Depreciação e Amortização, nas duas representações da DVA;

Campo 9: Na entidade privada tem-se os Valores remunerados por terceiros (Juros, Aluguéis, e outros etc.), a serem adicionados ao Valor Adicionado Líquido; Na Entidade pública tem-se também os valores remunerados por terceiros (juros, aluguéis outros) que no caso tomaram-se com outros as receitas imobiliárias, presente no Balanço da entidade pública;

Campo 10: Tem-se nesse campo em ambas as DVA's, o Valor Adicionado Líquido à disposição da Entidade que será distribuído;

Campo 11: Se observa nesse campo em a Distribuição do Valor Adicionado, que virá logo em seguida;

Campo 12: Na entidade privada esse item corresponde à Remuneração do Trabalho; Na entidade pública adotou-se como remuneração de trabalho a folha de pagamento, pessoal e os encargos sociais;

Campo 13: Na entidade privada esse item compete à Remuneração do Governo; na entidade pública tem-se Remuneração do Governo que são os Impostos federais e contribuições, e INSS;

Campo 14: Na entidade privada, quanto na entidade pública esse item refere-se à Remuneração de Capital de Terceiros (Juros e alugueis);

Campo 15: Na entidade pública esse item refere-se Remuneração do Capital próprio (Dividendos e Lucros Retidos);Na entidade Privada tem-se a Remuneração do Capital próprio com Déficit ou Superávit;

Campo 16: Item referente a outras remunerações em ambas as entidades;

Campo 17: Tem-se o item nas duas entidades com o Total do valor distribuído (Igual ao total gerado).

4.3 ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA DVA À ENTIDADE PÚBLICA.

Tido como ponto chave da presente pesquisa, a seguinte aplicação do demonstrativo em pauta, essa se fará, tomando como bases seguintes demonstrativos da Prefeitura Municipal do município de São João do Tigre-PB: O Balanço Patrimonial (ativo e passivo), Balanço Orçamentário (receitas e despesas), do período em análise,(exercício de 2010), que forneceram os dados para elaboração da DVA.(ANEXO – B).

Quadro 3 - Demonstração do Valor adicionado- Entidade Pública (aplicação).

Campo	Natureza (D ou C)	Contas	R\$
1 (DVPA)	+	Receitas orçamentárias: Corrente + capital + Extra Orçamentária + Mutação patrimonial ativa	7.887.854,14
78 (BO-DO)	-	Material de consumo.	668.968,98
83 + 86 (BO-DO)	-	Serviços adquiridos de terceiros (Pessoa	2.063.832,00

		Física e jurídica/ outros serviços).	
70+72+80+81+82 +91+92+95+96 (BO-DO)	-	Materiais, energia, comunicação, diárias, auxílios, etc.	320.806,76
101 (BO-DO)	-	Outros valores (despesas de capital)	575.325,01
a	=	Valor Bruto Adicionado.	4.258.921,39
b	-	Despesas de Depreciação, Amortização e Exaustão.	0,00
c	=	Valor Adicionado Líquido.	4.258.921,39
38 (BO-RO)	+	Valores Remunerados por terceiros (juros alugueis e receitas imobiliárias)	24.785,22
d	=	Valor Adicionado à Disposição entidade.	4.283.706,61

Distribuição do Valor adicionado

3(Exceto 22)(BO-DO)		Remuneração do Trabalho (folha de pagamento, pessoal e encargos sociais)	2.930.838,80
22 (BO-DO)		Remuneração do Governo (Imp. Federais e contribuições, e INSS)	561.279,14
e		Remuneração de Capital de Terceiros	0,00
57(DVPP)		Remuneração do Capital Próprio(superávit)	372.958,00
g		Outros valores	418.630,67
h		Total do valor distribuído	4.283.706,61

O quadro supracitado traz a aplicação do demonstrativo, na entidade alvo da pesquisa descrito da seguinte forma:

Campo- Trata-se da numeração adotada no demonstrativo financeiro emitido pela própria entidade; No caso desta representação da DVA, optou-se por evidenciar no intuito de melhor compreensão da origem dos valores assim como a abreviatura do Balanço do qual estes são oriundos.

Natureza- Diz respeito à origem da conta no Balanço Orçamentário, se a mesma trata-se de uma receita (+), ou de uma despesa (-).

Contas- Referem-se à nomenclatura das contas propriamente ditas no Balanço, destacando que algumas, destas sofreram algumas adaptações, tendo em vista, a origem da representação gráfica base da DVA, que foi adaptada da obra de (NEVES, VICECONTI Contabilidade Avançada, pag. 305, 2005).

R\$- Destaca o valor montante de cada conta.

A)- Na primeira linha do quadro, campo **1**, tem-se as receitas orçamentárias: Corrente + capital + Extra orçamentária + Variações Patrimoniais Ativas; Deve-se salientar que no caso estas foram tomadas no lugar das receitas “Operacionais e não Operacionais”, que seriam utilizadas no caso de uma entidade privada; A Mutação Patrimonial, foi extraída do “Quadro dos dados contábeis consolidados Demonstração das Variações Patrimoniais Ativas (DVPA);

B)- Na segunda linha do quadro, campo **78**, tem o material de consumo, que substituiu o que seriam o Custo das Mercadorias Vendidas, Produtos e Serviços Vendidos que foi extraído do Quadro dos dados contábeis consolidados Municipais Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias(BO-DO);

B)- Na terceira linha do quadro, campo **83 + 86** tem-se os Serviços adquiridos de terceiros (Pessoa Física e jurídica/ outros serviços), onde estes referem-se aos serviços prestados à entidade, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, que foram extraídos do Quadro dos dados contábeis consolidados Municipais Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias(BO-DO);

C)- Na quarta linha, campo **70+72+80+81+82+91+92+95+96**, consta os valores relativos à Materiais, energia, comunicação, diárias, auxílios, etc. deixando de fora os itens citados na linha anterior da análise, que por sua vez também foram extraídos do Quadro dos dados contábeis consolidados Municipais Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias(BO-DO);

D)- Na quinta linha, campo **101**, encontra-se a conta Outros valores (despesas de capital), na presente estrutura adaptada, englobou-se as Despesas de Capital, que incorreram na entidade que também são oriundas do Quadro dos dados contábeis consolidados Municipais Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias(BO-DO);

E)- Na sexta linha, campo **a**, verifica-se o Valor Bruto Adicionado à entidade;

F)- Na sétima linha, campo **b**, está destacado a conta Despesas de Depreciação, Amortização e Exaustão, onde estas despesas estão com saldo zero. Destaca-se que tais despesas ainda não são registradas na Contabilidade Pública, a prática mais corriqueira quanto à situação de depreciação de bens tangíveis que sofra depreciação, é a qual os gestores optam por aliená-los no intuito de levantar algum capital, em seguida complementá-lo, para aquisição de novos bens, dos quais a entidade faz uso. No entanto deve-se destacar que o processo de convergência das Normas Internacionais Aplicadas ao Setor, pública, busca registrar, tais ocorrências, assim como se registra nas entidades privadas, o que permitirá o conhecimento da real situação do patrimônio do ente público;

G)- Na oitava linha, campo **c**, está registrado Valor Adicionado Líquido, esse é igual ao Valor Adicionado Bruto, uma vez que não se registrou nenhuma Depreciação, Amortização ou Exaustão;

H)- Na nona linha, campo **38**, evidencia-se, os Valores Remunerados por terceiros (juros aluguéis e receitas imobiliárias), neste caso utilizou-se o saldo Quadro dos Dados Contábeis Consolidados Municipais, Balanço Orçamentário - Receitas Orçamentárias(BO-RO);

I)- Na décima linha, campo **d**, encontra-se o Valor Adicionado à Disposição entidade, onde este por sua vez será distribuído à mesma;

A segunda parte do quadro refere-se a distribuição do valor adicionado, auferido na aplicação da DVA;

J)- Na décima primeira linha na segunda parte do quadro, campo **3 (Exceto 22)**, registra-se a Remuneração do Trabalho (folha de pagamento, pessoal e encargos sociais), que são oriundos do Quadro dos dados contábeis consolidados Municipais Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias(BO-DO);

K)- Na décima primeira linha, campo **22**, tem-se Remuneração do Governo (Imp. Federais e contribuições, e INSS), onde registrou-se saldo apenas nas contribuições tributárias, neste caso, INSS, vindas do Quadro dos dados contábeis consolidados Municipais Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias(BO-DO);

L)- Na décima segunda linha, campo **e**, está disposta a conta Remuneração de Capital de Terceiros (Juros e alugueis), onde esta, encontra-se com o saldo zero, devido a não ter sido encontrado, tal remuneração, discriminada, onde a mesma, deve está inserida em outro grupo de despesas, inclusas anteriormente;

M)- Na décima terceira linha, campo **f**, registra-se na Remuneração do Capital Próprio(Déficit ou superávit).Esse valor superavitário foi extraído do Quadro Dos Dados Contábeis Consolidados Municipais - Demonstrativo Das Variações Patrimoniais Passivas.(DVPP);

N)- Na décima quarta linha, campo **g**, encontra-se Outros valores que possuem o saldo igual a diferença entre as remunerações e o valor adicionado distribuído na entidade, para que se tenha a correspondência dos valores distribuídos iguais ao valor gerado;

O)- Na décima quinta linha tem-se o Total do Valor Distribuído;

Deve-se salientar ainda que:

1º- A apropriação dos valores na décima quarta linha deu-se induzidamente, uma vez que esse fora o saldo para completar o valor adicionado distribuído;

2º- As contas do período em análise no presente estudo de caso foram reprovadas pela Comissão de Orçamento e Finanças, do Poder Legislativo Municipal do Município em pauta, que emitiram parecer contrário à aprovação das mesmas uma vez que apontaram alguns motivos ensejadores de reprovação tais como:

-Déficit na execução orçamentária no montante de R\$ 21.658,37;

-Despesas não licitadas no total de R\$ 191.725,80;

-Falta de pagamento de obrigações patronais ao INSS no montante de R\$ 234.556,87;

-Pagamento de parcelamentos junto ao INSS, no montante de R\$ 10.266,60, não contabilizado, entre outras discrepâncias.

A comissão observou o parecer do Tribunal de Contas “PPL TC-022/2013”, que opinou para a aprovação das referidas contas, no entanto com ressalvas, e concluiu que as discrepâncias contidas nos altos do processo do TC n. 04241/11, foram de grande prejuízo para o município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hodierna análise mostra uma distribuição e apropriação do capital adicionado em determinado período (riqueza gerada), na entidade alvo da pesquisa.

Ao aplicar o presente demonstrativo observou-se uma grande dificuldade quanto a alocação por parte da remuneração de capital de terceiros, uma vez que esta não está implícita no Balanço financeiro da entidade, e ainda as entidades públicas não possuem sócios e conseqüentemente também não possuirá dividendos, cabendo então a alocação indutiva, do restante do montante adicionado à entidade, à Outros Valores. A dificuldade de alocação também pode ser atribuída (hipoteticamente) a discrepância apresentada nos altos do processo do TC, citadas anteriormente que inibiram uma distribuição mais clara do montante adicionado. A aplicação do presente demonstrativo permite ao gestor, outra ótica para análise da situação econômica da entidade alvo da pesquisa, uma vez que este traz os percentuais que cada remuneração apropriou do total do Valor Adicionado, percebendo assim o peso de cada alocação junto ao capital utilizado na entidade no período em análise.

A) A apropriação do capital remunerado ao trabalho (folha de pagamento, pessoal e encargos sociais) correspondeu a 59,44% do total do Valor Adicionado Distribuído;

B) A apropriação da Remuneração do Governo (Imp. Federais e contribuições, e INSS) correspondeu a 13,10% do total do Valor Adicionado Distribuído;

C) A apropriação da Remuneração do Capital Próprio (superávit) correspondeu a 8,71% do total do Valor Adicionado Distribuído;

D) A apropriação da Remuneração de Outros Valores correspondeu a 9,77% do total do Valor Adicionado Distribuído;

Em linhas gerais a presente aplicação da DVA, é tida como uma ferramenta gerencial, na qual a mesma mostrou informações relevantes para a tomada de decisão junto ao gestor uma vez que possibilitou a sua visualização como índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, onde demonstra e compacta o valor total gerado na entidade. Funcionando ainda como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, com a remuneração

a do trabalho (folha de pagamento, pessoal e encargos sociais), do Governo Imp. Federais e contribuições, e INSS. Para um melhor acompanhamento da evolução patrimonial da entidade, seria aconselhável aplicação nos exercícios subsequentes, para qual tal aplicação pode ser alvo de futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO. **Contabilidade Pública: da teoria á prática/** Inaldo da Paixão Santos Araújo; Daniel Gomes Arruda atualizado conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. - São Paulo: Saraiva, 2004.

Balço Patrimonial. disponível em:
<http://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/consultaDeclaracoes.do?acao=imprimir&numeroDeclaracao=389080>

acessado em 20/10/2012.

Balço Patrimonial. disponível em:
<http://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/consultaDeclaracoes.do?acao=imprimir&numeroDeclaracao=324190> acessado em 20/10/2012.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública; Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF; Documento de Referência; Fórum Nacional 2008/2009 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. - Brasília: MP, SEGES, 2009. Disponível em:**
<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/forum_nacional_gp/Documento_referencia2009_29abr.pdf> acessado em 16/08/2013

BRASIL **Lei nº 4.320/1964, art. 101** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm> acessado 26/06/2013

CFC/ **Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil** disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/downloads/CCASP_Orientacoes_Estrategicas_Contabilidade.pdf> acessado em 29/09/2012.

CNM - Confederação Nacional dos Municípios –. **Nova Administração Pública: Gestão Municipal e Tendências Contemporâneas / Confederação Nacional dos Municípios** – Brasília: CNM, 2008. 64 pag. Vol. 6.

CPC 09 disponível em:<http://www.cpc.org.br/pdf/cpc_09.pdf>acessado em 29/09/2012.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos.- 7 ed.-reimpr- São Paulo: atlas, 2008.

LIMA, Diana Vaz de. **Contabilidade pública**: integrando união, estados e municípios. São Paulo: Atlas, 2007.

MCASP, PARTE V – **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO, Portaria STN nº 437/2012**, 5ª edição (2012). Disponível em:<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/artigos/Parte_V_-_DCASP.pdf>acessado em 27/09/2012.

NBCT **16**, disponível em:
<<http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/orientacaoContabil/arquivos/normasbrasileirasdecontabilidadeaplicadasaosetorpublicoealteracoes> >pdf acessado em 27/11/2012.

NOTA nº 1.096/2012/CCONF/SUCON/STN/MF-DF, ASSUNTO: **Orientações acerca da Portaria STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012**, Disponível em <<http://www.acopesp.org.br/nota/NOTA%20T%C3%89CNICA%201096.pdf>> acessado em 21/08/2013.

NOVA CONTABILIDADE E GESTÃO FISCAL, **Cartilha**, disponível em:<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade_Fiscal/Contabilidade_Publica/arquivos/CARTILHA_ENCONTRO_PREFEITOS.pdf> acessado em 16/08/2013

PALVARINI, Bruno Carvalho, **Artigo o que é Gespublica?**, disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/folder_rngp/anexos/saiba_mais_gespublica.pdf> Acessado em 14/08/2013.

(MDS)**Portal do Ministério do Desenvolvimento Social, Controle Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/controlesocial>> Acessado em 22/08/2013.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.049/05, Altera a redação da **NBC T 3 Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis**. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2005/001049> acessado em 26/06/2013.

SILVA, **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: Orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses/ Antônio Carlos Ribeiro da Silva. – 2. ed. – 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

Silvério das Neves/Paulo Eduardo V. Viceconti. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**- 14^a.ed.rev., ampl.e atual. São Paulo: Frase editora, 2005.

SIQUEIRA, J. R. M.; José Ricardo Maia de Siqueira; MACHADO, M. A. V. **Revista del Instituto International de Costos**, ISSN 1646-6896, nº 1, jan./jun. 2007, p.p. 116-140; Disponível em: <http://www.revistaiic.org/articulos/num1/articulo5_esp.pdf> acessado em 30/09/2012.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de São João do tigre-PB, sobre a prestação de contas de 2012.



1

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RELATÓRIO:

Trata-se do exame da Prestação de Contas Anual do Município de São João do Tigre-PB, relativa ao exercício financeiro de 2010, sob a responsabilidade do Ex-Prefeito Constitucional o Sr. Eduardo Jorge Lima de Araújo.

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba emitiu o Parecer PPL-TC-022/2013, bem como o Acórdão APL-10-123/2013, ambos opinando pela emissão de parecer favorável à aprovação das referidas contas, porém com ressalvas e aplicação de multa pessoal ao ex-gestor.

Durante a instrução processual, foi apresentada Defesa Escrita por parte do Ex-Prefeito Municipal, juntado farta documentação, buscando elidir as irregularidades remanescentes. Deste modo, através do Acórdão acima citado foi dado o presente parecer favorável à aprovação da Prestação de Contas em questão.

Rua Félix Ferreira Raposo, 15, Centro 58520-000, São João do Tigre - Paraíba
 CNPJ: 02.215.626/0001-40
 Telefone: (83) 3352-1138
 Email: camarasjtigre@gmail.com

UFS, Lira, etc
 N.º 1000



2

Contudo analisando detidamente os autos do processo TC n. 04241/11, encaminhado a este Legislativo Mirim para apreciação, verificou-se que, apesar da emissão de parecer favorável, remanesceram, após a apresentação de defesa escrita pelo Ex-Prefeito, algumas irregularidades, que no entender desta Comissão seriam motivos ensejadores de reprovação, são elas:

- a) déficit na execução orçamentária, no montante de R\$ 21.658,37, equivalente a 0,28% da receita orçamentária arrecadada, descumprindo o art. 1º, § 1º, da LRF;
- b) não envio do parecer do Conselho do FUNDEB, descumprindo a Resolução RN TC 03/10;
- c) demonstrativo da dívida flutuante incorretamente elaborado;
- d) despesas não licitadas, no total de R\$ 191.725,80, correspondendo a 2,55% da despesa orçamentária total;
- e) contratação de pessoal sem concurso público para desenvolvimento de atividades típicas da

Rua Félix Ferreira Raposo, 15, Centro 58520-000, São João do Tigre – Paraíba.
CNPJ: 02.215.626/0001-40
Telefone: (83) 3352-1138
Email: camarasjtigre@gmail.com

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



3

administração pública, inclusive através de processo licitatório;

f) falta de pagamento de obrigações patronais ao INSS, no montante de R\$ 234.556,87, sendo R\$ 58.145,28 referente à folha de pessoal do magistério;

g) pagamento de obrigações previdenciárias feito com atraso e em valores menores que o devido;

h) pagamento de parcelamentos junto ao INSS, no montante de R\$ 10.266,60, não contabilizado;

i) demonstrativo da dívida consolidada, que acompanha o RGF, incorretamente elaborado;

j) emissão de empenhos únicos para vários credores;

k) notas fiscais com rasuras e numeração incompatível com as datas de emissão;

l) notas fiscais emitidas com mesma numeração e data de emissão em nome de diferentes credores.

Desta forma, foi encaminhado a Prestação de Contas do exercício de 2010 para apreciação desta Câmara Municipal.

Rua Félix Ferreira Raposo, 15, Centro 58520-000, São João do Tigre - Paraíba.
CNPJ: 02.215.626/0001-40
Telefone: (83) 3352-1138
Email: camarasjtigre@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE
São João do
TIGRE
Paraíba

4

É o relatório.

RAZÕES DO PARECER:

Necessário se faz analisar cada uma das irregularidades remanescentes trazidas pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, quando da análise das referidas contas.

Vejamos:

CONSIDERANDO, que o equilíbrio entre a receita e a despesa, pressuposto básico de uma gestão fiscal responsável, não foi, minimamente, observado, causando déficit na execução orçamentária, no montante de R\$ 21.658,37, equivalente a 0,28% da receita orçamentária arrecadada e por via de consequência descumprimento do art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO, que, houve flagrante descumprimento da Resolução RN - TC 03/10, na medida em que não foi encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado o Parecer do Conselho do FUNDEB, documento mínimo exigido na documentação a ser enviada quando da prestação de contas da Edilidade;


CONSIDERANDO, que os itens "c" e "i", dentre outras coisas, referem-se às graves falhas na Contabilidade Pública do Município, em seus variados aspectos, com o descumprimento das

Rua Félix Ferreira Raposo, 15, Centro 58520-000, São João do Tigre - Paraíba.

CNPJ: 02.215.626/0001-40

Telefone: (83) 3352-1138

Email: camarasjtigre@gmail.com


~~J.F. Silva~~



CÂMARA MUNICIPAL DE
São João do
TIGRE
Paraíba

5

principais normas contábeis emanadas dos diferentes órgãos competentes para tratar da matéria citada;

CONSIDERANDO, que, Constatou-se a realização de despesas sem o devido procedimento licitatório no montante de R\$ 191.725,80. Dentre os gastos realizados destacam-se os relacionados com aquisição de medicamentos, locação de veículos, aquisição de material médico-hospitalar, aquisição de gêneros alimentícios, e locação e manutenção de sistema de contabilidade e aquisição de material escolar;

CONSIDERANDO ainda que, A licitação é procedimento administrativo tendente a conceder à pública administração melhores condições (de técnica e de preço) nos contratos que celebrar, bem como se revela como instituto de concretude do regime democrático, pois visa, também, facultar à sociedade a oportunidade de participar dos negócios públicos. Assim, descuidar da licitação constitui afronta à legalidade dos atos de gestão pública;

CONSIDERANDO que, restou comprovado nos autos que foi realizado um procedimento licitatório para a contratação de prestadores de serviços para cargo de natureza efetiva e contínua, o que contraria frontalmente a Constituição Federal que determina o ingresso no serviço público através do concurso público;

Rua Félix Ferreira Raposo, 15, Centro 58520-000, São João do Tigre - Paraíba.

CNPJ: 02.215.626/0001-40

Telefone: (83) 3352-1138

Email: camarasjtigre@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE
São João DO
TIGRE
PARAÍBA

6

CONSIDERANDO que, houveram diversas falhas pertinentes às obrigações previdenciárias municipais, tais como as registradas nos itens "f", "g" e "h", dentre as quais consta inclusive a retenção e recolhimento a menor das contribuições previdenciárias, sendo oportuno registrar que tal conduta, além de tipificada na legislação penal, constitui motivo para a emissão de parecer contrário à aprovação das contas do gestor, conforme disposição do Parecer Normativo desta Corte de Contas de n.º 52/2004.

CONSIDERANDO que, as falhas apontadas nos itens "j", "k" e "l", a saber: Emissão de empenhos únicos para vários credores; NOTAS FISCAIS com rasuras e numeração incompatível com as datas de emissão; e NOTAS FISCAIS emitidas com mesma numeração e data de emissão em nome de diferentes credores, revelam grave desorganização no setor contábil da Edilidade.

Rua Félix Ferreira Raposo, 15, Centro 58520-000, São João do Tigre – Paraíba.
CNPJ: 02.215.626/0001-40
Telefone: (83) 3352-1138
Email: camarasjtigre@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE
São João do
TIGRE
 ParaíBa

A Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de São João do Tigre, decide por, emitir parecer contrário à aprovação da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São João do Tigre, relativa ao exercício financeiro de 2010, sob a responsabilidade do Ex-Prefeito Sr. Eduardo Jorge Lima de Araújo, desconsiderando com a decisão supra, o Parecer PPL-TC-022/2013, bem como o Acórdão APL-TC-123/2013, ambos favoráveis à aprovação das referidas contas, proferidos pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

São João do Tigre, 04 de Junho de 2013.

Luz Ferreira da Silva
 LUZ FERREIRA DA SILVA
 Vereador - Presidente

Ângela Maria Cordeiro de Freitas
 ANGELA MARIA CORDEIRO DE FREITAS
 Vereador - Relator

Nailza Helenúbia de Freitas
 NAILZA HELENUBIA DE FREITAS
 Vereador Membro

Rua Félix Ferreira Raposo, 15, Centro 58520-000, São João do Tigre - Paraíba.
 CNPJ: 02.215.626/0001-40
 Telefone: (83) 3352-1138
 Email: camarasjtigre@gmail.com

[Handwritten signatures]

ANEXO – B Quadro dos Dados Consolidados Municipais Balanço Patrimonial – Ativo;
Quadro dos Dados Consolidados Municipais Balanço – Passivo;
Quadro dos Dados Consolidados Municipais Balanço Orçamentário –
Receitas Orçamentárias;
Quadro dos Dados Consolidados Municipais Balanço Orçamentário –
Despesas Orçamentárias;
Quadro dos Dados Consolidados Municipais Balanço Orçamentário
Despesas por Função;
Quadro dos Dados Consolidados Municipais Demonstrativo das Variações
Patrimoniais Ativas;
Quadro dos Dados Consolidados Municipais Demonstrativo das Variações
Patrimoniais Passivas;

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB
 CNPJ: 09.074.592/0001-60
 Exercício: 2010
 CVA: 2011050910382848500301

		RS 1,00
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1	ATIVO = (83+84)	6.365.785,98
2	ATIVO FINANCEIRO = (3+14+19+20+27)	523.075,15
3	DISPONÍVEL = (4+12+13)	523.075,15
4	EM MOEDA NACIONAL = (5+6+7)	523.075,15
5	Caixa	377,83
6	Bancos c/ Movimento	522.697,32
7	Aplicações Financeiras = (8+9+10+11)	0,00
8	Títulos	0,00
9	Fundos de Aplicação Financeira	0,00
10	Poupanças	0,00
11	Outras aplicações	0,00
12	EM MOEDA ESTRANGEIRA	0,00
13	DEMAIS DISPONIBILIDADES	0,00
14	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO - Disponível = (15+16+17+18)	0,00
15	Créditos a Receber - Em Circulação	0,00
16	Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00
17	Outros Valores Realizáveis	0,00
18	Valores Diferidos	0,00
19	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
20	INVESTIMENTOS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA = (21+...+25-26)	0,00
21	Investimentos em Segmento de Renda Fixa	0,00
22	Investimentos em Segmento de Renda Variável	0,00
23	Títulos e Valores Mobiliários	0,00
24	Investimentos com a Taxa de Administração do RPPS	0,00
25	Empréstimos com Recursos Previdenciários a Receber	0,00
26	(-) Provisão para Perdas em Investimentos	0,00
27	ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	0,00
28	ATIVO NÃO FINANCEIRO = (29+45+48+50+62)	5.842.710,83
29	REALIZÁVEL A CURTO PRAZO = (30+40)	0,00
30	Créditos em Circulação - Curto Prazo = (31-32+33+...+38-39)	0,00
31	Fornecimentos a Receber	0,00
32	(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos - Fornecimentos a Receber	0,00
33	Créditos Parcelados	0,00
34	Diversos Responsáveis	0,00
35	Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	0,00
36	Adiantamentos Concedidos	0,00
37	Recursos Vinculados - Curto Prazo	0,00
38	Outros Créditos em Circulação	0,00
39	(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	0,00
40	Bens e Valores em Circulação = (41+42+43-44)	0,00
41	Estoques	0,00
42	Títulos e Valores	0,00
43	Outros Bens e Valores em Circulação	0,00
44	(-) Provisão p/ Perdas Prováveis - Outros Bens e Valores	0,00
45	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO - Ativo Não Financeiro = (46+47)	0,00
46	Despesas Antecipadas	0,00
47	Outros Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
48	INVESTIMENTOS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA. = (49)	0,00
49	Investimentos em Segmento de Imóveis	0,00
50	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO = (51+54)	0,00
51	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo = (52+53)	0,00

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

		R\$ 1,00
52	Depósitos Compulsórios	0,00
53	Recursos Vinculados - Longo Prazo	0,00
54	Créditos Realizáveis a Longo Prazo = (55-56+57+58+59-60-61)	0,00
55	Dívida Ativa	0,00
56	(-) Provisão p/ Perdas de Dívida Ativa	0,00
57	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
58	Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	0,00
59	Créditos a Receber - Longo Prazo	0,00
60	(-) Provisão p/ Perdas Prováveis - Outros Créditos Realizáveis LP	0,00
61	(*) Provisão p/Devedores Duvidosos - LP	0,00
62	PERMANENTE = (63+68+79+80)	5.842.710,83
63	Investimentos = (64+65+66-67)	0,00
64	Participação Societária	0,00
65	Participação Societária em Empresas Dependentes	0,00
66	Outros Investimentos	0,00
67	(-) Provisão p/ Perdas Prováveis - Investimentos	0,00
68	Imobilizado = (69+72+76+77-78)	5.842.710,83
69	Bens Móveis = (70+71)	1.591.259,50
70	Máquinas e Equipamentos	0,00
71	Outros Bens Móveis	1.591.259,50
72	Bens Imóveis = (73+74+75)	4.241.451,33
73	Edifícios e Instalações	0,00
74	Terras e Terrenos	0,00
75	Outros Bens Imóveis	4.241.451,33
76	Títulos e Valores.	10.000,00
77	Bens Intangíveis	0,00
78	(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulados	0,00
79	Intangível	0,00
80	Diferido = (81-82)	0,00
81	Despesas Diferidas	0,00
82	(-) Amortização Acumulada	0,00
83	ATIVO REAL = (2+28)	6.365.785,98
84	ATIVO COMPENSADO = (85+86+87+88)	0,00
85	Responsabilidade por Títulos e Valores	0,00
86	Garantias de Valores	0,00

QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

		RS 1,00
87	Convênios e Contratos	0,00
88	Outras Compensações	0,00

Declaramos que os dados acima foram extraídos dos balanços gerais consolidados do município.

Fonte:

Nota:

SAO JOAO DO TIGRE, 09/05/2011

EDUARDO JORGE LIMA DE ARAÚJO

PREFEITO

CPF.: 031.332.404-20

ROMÉRIO JATOBÁ MEDEIROS

TESOUREIRO

CPF.: 936.396.004-87

MARIA DA PENHA DE SOUSA

CONTADORA

CPF.: 250.817.054-20

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

		RS 1,00
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1	PASSIVO = (64+65+69)	6.365.785,98
2	PASSIVO FINANCEIRO = (3+6+24+25)	380.175,29
3	DEPÓSITOS = (4+5)	7.974,63
4	Consignações	0,00
5	Depósitos de Diversas Origens	7.974,63
6	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO - PF = (7+18+20+21+22+23)	372.200,66
7	Restos a Pagar Processados = (8+...+17)	372.200,66
8	Fornecedores - Do Exercício	0,00
9	Fornecedores - De Exercícios Anteriores	0,00
10	Convênios a Pagar	0,00
11	Pessoal a Pagar - Do Exercício	0,00
12	Pessoal a Pagar - De Exercícios Anteriores	0,00
13	Precatórios - Passivo Financeiro	0,00
14	Encargos Sociais a Recolher	0,00
15	Provisões Diversas	0,00
16	Obrigações Tributárias	0,00
17	Débitos Diversos a Pagar	372.200,66
18	Restos a Pagar Não Processados = (19)	0,00
19	A Liquidar	0,00
20	Credores Diversos	0,00
21	Adiantamentos Recebidos	0,00
22	Outras Obrigações a Pagar	0,00
23	Valores Diferidos	0,00
24	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO - PF	0,00
25	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	0,00
26	PASSIVO NÃO FINANCEIRO = (27+43+44+63)	5.985.610,69
27	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO = (28+29+33+37+38+39+42)	0,00
28	Provisões	0,00
29	Operações de Crédito Internas - Em Circulação = (30+31+32)	0,00
30	Em Títulos	0,00
31	Em Contratos	0,00
32	Financiamentos e Outras	0,00
33	Operações de Crédito Externas - Em Circulação = (34+35+36)	0,00
34	Em Títulos	0,00
35	Em Contratos	0,00
36	Financiamentos e Outras	0,00
37	Obrigações a Pagar - Em Circulação	0,00
38	Adiantamentos Diversos Recebidos	0,00
39	Precatórios - Passivo Não Financeiro = (40+41)	0,00
40	Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00
41	Precatórios a Partir de 05/05/2000	0,00
42	Outros Débitos a Pagar	0,00
43	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO - PNF	0,00
44	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO = (45+46)	1.366.645,53
45	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
46	Obrigações Exigíveis a Longo Prazo = (47+51+55+56+57+62)	1.366.645,53
47	Operações de Crédito Internas - Longo Prazo =(48+49+50)	1.366.645,53
48	.Em Títulos	0,00
49	.Em Contratos	0,00
50	.Financiamentos e Outras	1.366.645,53
51	Operações de Crédito Externas - Longo Prazo =(52+53+54)	0,00
52	.Em Títulos	0,00
53	.Em Contratos	0,00

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB
CNPJ: 09.074.592/0001-60
Exercício: 2010
CVA: 2011050910382848500301

		R\$ 1,00
54	.Financiamentos e Outras.	0,00
55	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
56	Obrigações a Pagar	0,00
57	Provisões Matemáticas Previdenciárias = (58+59-60+61)	0,00
58	Provisões para Benefícios Concedidos	0,00
59	Provisões para Benefícios a Conceder	0,00
60	(-) Provisões Amortizadas	0,00
61	Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	0,00
62	Outras Exigibilidades	0,00
63	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	4.618.965,16
64	PASSIVO REAL = (2+26)	6.365.785,98
65	PATRIMÔNIO LÍQUIDO = (66+67+68)	0,00
66	Patrimônio/Capital	0,00
67	Reservas	0,00
68	Resultado Acumulado	0,00
69	PASSIVO COMPENSADO	0,00

Declaramos que os dados acima foram extraídos dos balanços gerais consolidados do município.

Fonte:

Nota:

SAO JOAO DO TIGRE, 09/05/2011

EDUARDO JORGE LIMA DE ARAÚJO
PREFEITO
CPF.: 031.332.404-20

ROMÉRIO JATOBÁ MEDEIROS
TESOUREIRO
CPF.: 936.396.004-87

MARIA DA PENHA DE SOUSA
CONTADORA
CPF.: 250.817.054-20

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

CAMPO	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1		Receita Total = (2+152-208+218+219)	7.490.137,77
2	1.0.00.00.00	Receitas Correntes = (3+17+37+57+58+59+68+138)	8.340.231,70
3	1.1.00.00.00	Receita Tributária = (4+13+16)	176.215,74
4	1.1.10.00.00	Impostos = (5+11)	175.681,98
5	1.1.12.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda = (6+7+10)	66.057,04
6	1.1.12.02.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	903,56
7	1.1.12.04.00	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR = (8+9)	64.753,48
8	1.1.12.04.31	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho - IRRF	43.462,35
9	1.1.12.04.34	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	21.291,13
10	1.1.12.08.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI	400,00
11	1.1.13.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação = (12)	109.624,94
12	1.1.13.05.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	109.624,94
13	1.1.20.00.00	Taxas = (14+15)	533,76
14	1.1.21.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	533,76
15	1.1.22.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00
16	1.1.30.00.00	Contribuição de Melhoria	0,00
17	1.2.00.00.00	Receitas de Contribuições = (18+36)	0,00
18	1.2.10.00.00	Contribuições Sociais = (19+34+35)	0,00
19	1.2.10.29.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público = (20+...+33)	0,00
20	1.2.10.29.01	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00
21	1.2.10.29.02	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar	0,00
22	1.2.10.29.03	Contribuição Patronal - Inativo Civil	0,00
23	1.2.10.29.04	Contribuição Patronal - Inativo Militar	0,00
24	1.2.10.29.05	Contribuição Patronal - Pensionista Civil	0,00
25	1.2.10.29.06	Contribuição Patronal - Pensionista Militar	0,00
26	1.2.10.29.07	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00
27	1.2.10.29.08	Contribuição de Servidor Ativo Militar	0,00
28	1.2.10.29.09	Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	0,00
29	1.2.10.29.10	Contribuições de Servidor Inativo Militar	0,00
30	1.2.10.29.11	Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	0,00
31	1.2.10.29.12	Contribuições de Pensionista Militar	0,00
32	1.2.10.29.13	Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	0,00
33	1.2.10.29.15	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00
34	1.2.10.99.00	Outras Contribuições Sociais	0,00
35	1.2.10.XX.XX	Demais Contribuições Sociais	0,00
36	1.2.20.00.00	Contribuições Econômicas	0,00
37	1.3.00.00.00	Receita Patrimonial = (38+45+54+55+56)	24.785,22
38	1.3.10.00.00	Receitas Imobiliárias = (39+...+44)	24.785,22
39	1.3.11.00.00	Aluguéis	0,00
40	1.3.12.00.00	Arrendamentos	0,00
41	1.3.13.00.00	Foros	0,00
42	1.3.14.00.00	Laudêmios	0,00
43	1.3.15.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	0,00
44	1.3.19.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	0,00
45	1.3.20.00.00	Receitas de Valores Mobiliários = (46+...+53)	0,00
46	1.3.21.00.00	Juros de Títulos de Renda	0,00
47	1.3.22.00.00	Dividendos	0,00
48	1.3.23.00.00	Participações	0,00

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

RS 1,00

49	1.3.25.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00
50	1.3.26.00.00	Remuneração de Depósitos Especiais	0,00
51	1.3.27.00.00	Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados	0,00
52	1.3.28.00.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	0,00
53	1.3.29.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00
54	1.3.30.00.00	Receitas de Concessões e Permissões	0,00
55	1.3.40.00.00	Compensações Financeiras	0,00
56	1.3.90.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	0,00
57	1.4.00.00.00	Receita Agropecuária	0,00
58	1.5.00.00.00	Receita Industrial	0,00
59	1.6.00.00.00	Receita de Serviços = (60+...+67)	0,00
60	1.6.00.02.00	Serviços Financeiros	0,00
61	1.6.00.03.00	Serviços de Transporte	0,00
62	1.6.00.05.00	Serviços de saúde	0,00
63	1.6.00.08.00	Serviços de Processamento de Dados	0,00
64	1.6.00.13.00	Serviços Administrativos	0,00
65	1.6.00.16.00	Serviços Educacionais	0,00
66	1.6.00.26.00	Serviços de Fornecimento de Água	0,00
67	1.6.00.XX.XX	Demais receitas de serviços	0,00
68	1.7.00.00.00	Transferências Correntes = (69+112+113+114+115+133)	8.104.234,42
69	1.7.20.00.00	Transferências Intergovernamentais = (70+89+104+108)	8.088.657,06
70	1.7.21.00.00	Transferências da União = (71+75+83+...+88)	5.808.916,42
71	1.7.21.01.00	Participação na Receita da União = (72+73+74)	4.684.941,00
72	1.7.21.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	4.682.739,99
73	1.7.21.01.05	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	2.201,01
74	1.7.21.01.32	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	0,00
75	1.7.21.22.00	Transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais = (76+...+82)	55.535,38
76	1.7.21.22.11	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00
77	1.7.21.22.20	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	0,00
78	1.7.21.22.30	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	0,00
79	1.7.21.22.40	Cota-Parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	0,00
80	1.7.21.22.50	Cota-Parte Royalties pela Participação Especial - Lei nº 9.478/97, artigo 50	0,00
81	1.7.21.22.70	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	55.535,38
82	1.7.21.22.90	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00
83	1.7.21.33.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	537.442,37
84	1.7.21.34.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	199.006,45
85	1.7.21.35.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	330.253,65
86	1.7.21.36.00	Transferências Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	1.398,60
87	1.7.21.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00
88	1.7.21.99.00	Outras Transferências da União	338,97
89	1.7.22.00.00	Transferências dos Estados = (90+96+101+102+103)	707.864,83
90	1.7.22.01.00	Participação na Receita dos Estados = (91+...+95)	707.864,83

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

			R\$ 1,00
91	1.7.22.01.01	Cota-Parte do ICMS	650.610,49
92	1.7.22.01.02	Cota-Parte do IPVA	3.856,80
93	1.7.22.01.04	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	1.282,69
94	1.7.22.01.13	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	16.114,85
95	1.7.22.01.99	Outras Participações na Receita dos Estados	36.000,00
96	1.7.22.22.00	Transferências da Cota-Parte da Compensação Financeira (25%) = (97+...+100)	0,00
97	1.7.22.22.11	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00
98	1.7.22.22.20	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	0,00
99	1.7.22.22.30	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89, artigo 9º	0,00
100	1.7.22.22.90	Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras	0,00
101	1.7.22.33.00	Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	0,00
102	1.7.22.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00
103	1.7.22.99.00	Outras Transferências dos Estados	0,00
104	1.7.23.00.00	Transferências dos Municípios = (105+106+107)	0,00
105	1.7.23.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00
106	1.7.23.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00
107	1.7.23.99.00	Outras Transferências dos Municípios	0,00
108	1.7.24.00.00	Transferências Multigovernamentais = (109+110+111)	1.571.875,81
109	1.7.24.01.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.421.857,40
110	1.7.24.02.00	Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	150.018,41
111	1.7.24.99.00	Outras Transferências Multigovernamentais	0,00
112	1.7.30.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00
113	1.7.40.00.00	Transferências do Exterior	0,00
114	1.7.50.00.00	Transferências de Pessoas	0,00
115	1.7.60.00.00	Transferências de Convênios = (116+123+127+131+132)	15.577,36
116	1.7.61.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades = (117+...+122)	0,00
117	1.7.61.01.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	0,00
118	1.7.61.02.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	0,00
119	1.7.61.03.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	0,00
120	1.7.61.04.00	Transferências de Convênios da União Destinadas aos Programas de Combate à Fome	0,00
121	1.7.61.05.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00
122	1.7.61.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00
123	1.7.62.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades = (124+125+126)	15.577,36
124	1.7.62.01.00	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS	0,00
125	1.7.62.02.00	Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação	0,00
126	1.7.62.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	15.577,36

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

			RS 1,00
127	1.7.63.00.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades = (128+129+130)	0,00
128	1.7.63.01.00	Transferências de Convênios dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	0,00
129	1.7.63.02.00	Transferências de Convênios dos Municípios Destinadas a Programas de Educação	0,00
130	1.7.63.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00
131	1.7.64.00.00	Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,00
132	1.7.65.00.00	Transferências de Convênios do Exterior	0,00
133	1.7.70.00.00	Transferências para o Combate à Fome = (134+...+137)	0,00
134	1.7.71.00.00	Provenientes do Exterior	0,00
135	1.7.72.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	0,00
136	1.7.73.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	0,00
137	1.7.74.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00
138	1.9.00.00.00	Outras Receitas Correntes = (139+147+148+151)	34.996,32
139	1.9.10.00.00	Multas e Juros de Mora = (140+...+146)	0,00
140	1.9.11.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	0,00
141	1.9.12.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	0,00
142	1.9.13.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	0,00
143	1.9.14.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições	0,00
144	1.9.15.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00
145	1.9.18.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	0,00
146	1.9.19.00.00	Multas de Outras Origens	0,00
147	1.9.20.00.00	Indenizações e Restituições	0,00
148	1.9.30.00.00	Receita da Dívida Ativa = (149+150)	0,00
149	1.9.31.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00
150	1.9.32.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00
151	1.9.90.00.00	Receitas Diversas	34.996,32
152	2.0.00.00.00	Receitas de Capital = (153+156+159+160+207)	178.100,00
153	2.1.00.00.00	Operações de Crédito = (154+155)	0,00
154	2.1.10.00.00	Operações de Crédito Internas	0,00
155	2.1.20.00.00	Operações de Crédito Externas	0,00
156	2.2.00.00.00	Alienação de Bens = (157+158)	3.100,00
157	2.2.10.00.00	Alienação de Bens Móveis	3.100,00
158	2.2.20.00.00	Alienação de Bens Imóveis	0,00
159	2.3.00.00.00	Amortização de Empréstimos	0,00
160	2.4.00.00.00	Transferências de Capital = (161+177+...+181+202)	175.000,00
161	2.4.20.00.00	Transferências Intergovernamentais = (162+167+172)	0,00
162	2.4.21.00.00	Transferências da União = (163+164+165+166)	0,00
163	2.4.21.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00
164	2.4.21.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00
165	2.4.21.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00
166	2.4.21.99.00	Outras Transferências da União	0,00
167	2.4.22.00.00	Transferências dos Estados = (168+169+170+171)	0,00
168	2.4.22.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00
169	2.4.22.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00
170	2.4.22.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00
171	2.4.22.99.00	Outras Transferências dos Estados	0,00
172	2.4.23.00.00	Transferências dos Municípios = (173+174+175+176)	0,00
173	2.4.23.01.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Saúde	0,00
174	2.4.23.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00
175	2.4.23.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00
176	2.4.23.99.00	Outras Transferências dos Municípios	0,00
177	2.4.30.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

			R\$ 1,00
178	2.4.40.00.00	Transferências do Exterior	0,00
179	2.4.50.00.00	Transferências de Pessoas	0,00
180	2.4.60.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00
181	2.4.70.00.00	Transferências de Convênios = (182+189+196+200+201)	175.000,00
182	2.4.71.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades = (183+...+188)	0,00
183	2.4.71.01.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	0,00
184	2.4.71.02.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	0,00
185	2.4.71.03.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00
186	2.4.71.04.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00
187	2.4.71.05.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	0,00
188	2.4.71.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00
189	2.4.72.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades = (190+...+195)	175.000,00
190	2.4.72.01.00	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS	0,00
191	2.4.72.02.00	Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação	0,00
192	2.4.72.03.00	Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Saneamento Básico	175.000,00
193	2.4.72.04.00	Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00
194	2.4.72.05.00	Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	0,00
195	2.4.72.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	0,00
196	2.4.73.00.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades = (197+198+199)	0,00
197	2.4.73.01.00	Transferências de Convênios dos Municípios Destinados a Programas de Saúde	0,00
198	2.4.73.02.00	Transferências de Convênios dos Municípios Destinadas a Programas de Educação	0,00
199	2.4.73.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00
200	2.4.74.00.00	Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,00
201	2.4.75.00.00	Transferências de Convênios do Exterior	0,00
202	2.4.80.00.00	Transferências para o Combate à Fome = (203+204+205+206)	0,00
203	2.4.81.00.00	Provenientes do Exterior	0,00
204	2.4.82.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	0,00
205	2.4.83.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	0,00
206	2.4.84.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00
207	2.5.00.00.00	Outras Receitas de Capital	0,00
208	9.0.0.00.00.00	Deduções da Receita Corrente = (209+213+217)	1.028.193,93
209	9.1.7.21.01.00	Dedução das Receitas de Transferências da União = (210+211+212)	898.072,08
210	9.1.7.21.01.02	Dedução de Receita do FPM - FUNDEB e Redutor Financeiro	897.352,23
211	9.1.7.21.01.05	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ITR	440,13
212	9.1.7.21.36.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS Desoneração - Lei Complementar 87/ 96	279,72
213	9.1.7.22.01.00	Dedução das Receitas de Transferências dos Estados = (214+215+216)	130.121,85
214	9.1.7.22.01.01	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS	130.121,85

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

			R\$ 1,00
215	9.1.7.22.01.02	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPVA	0,00
216	9.1.7.22.01.04	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI - Exportação	0,00
217	9.1.X.XX.XX.X X	Demais Deduções da Receita	0,00
218	7.0.00.00.00	Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	0,00
219	8.0.00.00.00	Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	0,00

Declaramos que os dados acima foram extraídos dos balanços gerais consolidados do município.

Fonte:

Nota:

SAO JOAO DO TIGRE, 09/05/2011

EDUARDO JORGE LIMA DE ARAÚJO

PREFEITO

CPF.: 031.332.404-20

ROMÉRIO JATOBÁ MEDEIROS

TESOUREIRO

CPF.: 936.396.004-87

MARIA DA PENHA DE SOUSA

CONTADORA

CPF.: 250.817.054-20

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

RS 1,00

CAMPO	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
1		Despesa Total = (2+101+166+167)	7.511.796,14	7.507.068,89	7.226.841,03
2	3.0.00.00.00	Despesas Correntes = (3+41+52)	6.934.873,63	6.930.146,38	6.651.516,02
3	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais = (4+5+6+7+8+9+10+35)	3.599.263,36	3.598.610,11	3.492.117,94
4	3.1.20.00.00	Transferências à União	0,00	0,00	0,00
5	3.1.30.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00
6	3.1.40.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00
7	3.1.50.00.00	Transferências a Instituições Financeiras Sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00
8	3.1.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00
9	3.1.80.00.00	Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00
10	3.1.90.00.00	Aplicações Diretas = (11+...+20+26+...+34)	3.599.263,36	3.598.610,11	3.492.117,94
11	3.1.90.01.00	Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00	0,00
12	3.1.90.03.00	Pensões	0,00	0,00	0,00
13	3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	20.409,00	20.409,00	20.358,00
14	3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
15	3.1.90.07.00	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	0,00	0,00	0,00
16	3.1.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
17	3.1.90.09.00	Salário-Família	0,00	0,00	0,00
18	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.016.172,68	3.015.519,43	2.910.480,80
19	3.1.90.12.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
20	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais = (21+...+25)	562.681,68	562.681,68	561.279,14
21	3.1.90.13.01	FGTS	0,00	0,00	0,00
22	3.1.90.13.02	Contribuições Previdenciárias - INSS	562.681,68	562.681,68	561.279,14
23	3.1.90.13.08	Plano de Seg. Soc. do Servidor - Pes. Ativo	0,00	0,00	0,00
24	3.1.90.13.99	Outras Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00
25	3.1.90.13.X X	Demais Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00
26	3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
27	3.1.90.17.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
28	3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00
29	3.1.90.67.00	Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00
30	3.1.90.91.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
31	3.1.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
32	3.1.90.94.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00
33	3.1.90.96.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00
34	3.1.90.XX.X X	Demais Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00
35	3.1.91.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social = (36+40)	0,00	0,00	0,00
36	3.1.91.13.00	Obrigações Patronais Intraorçamentária = (37+38+39)	0,00	0,00	0,00
37	3.1.91.13.03	Contribuição Patronal para o RPPS Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00
38	3.1.91.13.99	Outras Obrigações Patronais Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00
39	3.1.91.13.X X	Demais Obrigações Patronais Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

RS 1,00

40	3.1.91.XX.XX	Demais Despesas Pessoal Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00
41	3.2.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida = (42)	10.266,60	10.266,60	10.266,60
42	3.2.90.00.00	Aplicações Diretas = (43+...+51)	10.266,60	10.266,60	10.266,60
43	3.2.90.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	10.266,60	10.266,60	10.266,60
44	3.2.90.22.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	0,00	0,00	0,00
45	3.2.90.23.00	Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
46	3.2.90.24.00	Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
47	3.2.90.25.00	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
48	3.2.90.91.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
49	3.2.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
50	3.2.90.93.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00
51	3.2.90.XX.XX	Demais Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00
52	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes = (53+...+61+100)	3.325.343,67	3.321.269,67	3.149.131,48
53	3.3.20.00.00	Transferências à União	0,00	0,00	0,00
54	3.3.30.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00
55	3.3.40.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00
56	3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	95.522,99	95.522,99	95.522,99
57	3.3.60.00.00	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00
58	3.3.70.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00
59	3.3.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00
60	3.3.80.00.00	Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00
61	3.3.90.00.00	Aplicações Diretas = (62+...+199)	3.229.820,68	3.225.746,68	3.053.608,49
62	3.3.90.01.00	Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00	0,00
63	3.3.90.03.00	Pensões	0,00	0,00	0,00
64	3.3.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
65	3.3.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
66	3.3.90.06.00	Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	0,00	0,00	0,00
67	3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
68	3.3.90.09.00	Salário-Família	0,00	0,00	0,00
69	3.3.90.10.00	Outros Benefícios de Natureza Social	0,00	0,00	0,00
70	3.3.90.14.00	Diárias - Civil	71.879,26	71.879,26	71.879,26
71	3.3.90.15.00	Diárias - Militar	0,00	0,00	0,00
72	3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	2.430,00	2.430,00	2.430,00
73	3.3.90.19.00	Auxílio-Fardamento	0,00	0,00	0,00
74	3.3.90.20.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00
75	3.3.90.26.00	Obrigações decorrentes de Política Monetária	0,00	0,00	0,00
76	3.3.90.27.00	Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	0,00	0,00	0,00
77	3.3.90.28.00	Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos	0,00	0,00	0,00
78	3.3.90.30.00	Material de Consumo	809.598,28	809.598,28	668.968,98
79	3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	0,00	0,00	0,00
80	3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	21.134,99	21.134,99	20.509,90
81	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	1.996,67	1.996,67	1.996,67
82	3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria	54.800,00	54.800,00	48.400,00
83	3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.567.996,06	1.563.922,06	1.559.458,33
84	3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00
85	3.3.90.38.00	Arrendamento Mercantil	0,00	0,00	0,00
86	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	517.804,42	517.804,42	504.374,42

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

				RS 1,00		
87	3.3.90.41.00	Contribuições		0,00	0,00	0,00
88	3.3.90.43.00	Subvenções Sociais		0,00	0,00	0,00
89	3.3.90.45.00	Equalização de Preços e Taxas		0,00	0,00	0,00
90	3.3.90.46.00	Auxílio-Alimentação		0,00	0,00	0,00
91	3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		53.818,21	53.818,21	53.818,14
92	3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		58.548,27	58.548,27	58.548,27
93	3.3.90.49.00	Auxílio-Transporte		0,00	0,00	0,00
94	3.3.90.67.00	Depósitos Compulsórios		0,00	0,00	0,00
95	3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais		5.842,50	5.842,50	5.842,50
96	3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		63.972,02	63.972,02	57.382,02
97	3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		0,00	0,00	0,00
98	3.3.90.95.00	Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo		0,00	0,00	0,00
99	3.3.90.XX.XX	Demais Aplicações Diretas		0,00	0,00	0,00
100	3.3.91.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		0,00	0,00	0,00
101	4.0.00.00.00	Despesas de Capital = (102+132+153)		576.922,51	576.922,51	575.325,01
102	4.4.00.00.00	Investimentos =(103+...+111+131)		568.672,21	568.672,21	567.074,71
103	4.4.20.00.00	Transferências à União		0,00	0,00	0,00
104	4.4.30.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		0,00	0,00	0,00
105	4.4.40.00.00	Transferências a Municípios		0,00	0,00	0,00
106	4.4.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		0,00	0,00	0,00
107	4.4.60.00.00	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos		0,00	0,00	0,00
108	4.4.70.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais		0,00	0,00	0,00
109	4.4.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00	0,00
110	4.4.80.00.00	Transferências ao Exterior		0,00	0,00	0,00
111	4.4.90.00.00	Aplicações Diretas = (112+...+122+125+...+130)		568.672,21	568.672,21	567.074,71
112	4.4.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado		0,00	0,00	0,00
113	4.4.90.14.00	Diárias - Civil		0,00	0,00	0,00
114	4.4.90.17.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00
115	4.4.90.20.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores		0,00	0,00	0,00
116	4.4.90.30.00	Material de Consumo		0,00	0,00	0,00
117	4.4.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		0,00	0,00	0,00
118	4.4.90.35.00	Serviços de Consultoria		0,00	0,00	0,00
119	4.4.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		0,00	0,00	0,00
120	4.4.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra		0,00	0,00	0,00
121	4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0,00	0,00	0,00
122	4.4.90.51.00	Obras e Instalações = (123+124)		419.985,41	419.985,41	418.387,91
123	4.4.90.51.91	Obras em Andamento		419.985,41	419.985,41	418.387,91
124	4.4.90.51.XX	Demais Obras e Instalações		0,00	0,00	0,00
125	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		135.986,80	135.986,80	135.986,80
126	4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis		12.700,00	12.700,00	12.700,00
127	4.4.90.91.00	Sentenças Judiciais		0,00	0,00	0,00
128	4.4.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00
129	4.4.90.93.00	Indenizações e Restituições		0,00	0,00	0,00
130	4.4.90.XX.XX	Demais Aplicações Diretas		0,00	0,00	0,00
131	4.4.91.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		0,00	0,00	0,00

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

			RS 1,00		
132	4.5.00.00.00	Inversões Financeiras = (133+...+140+152)	0,00	0,00	0,00
133	4.5.20.00.00	Transferências à União	0,00	0,00	0,00
134	4.5.30.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00
135	4.5.40.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00
136	4.5.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00
137	4.5.60.00.00	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00
138	4.5.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00
139	4.5.80.00.00	Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00
140	4.5.90.00.00	Aplicações Diretas = (141+...+151)	0,00	0,00	0,00
141	4.5.90.61.00	Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00
142	4.5.90.62.00	Aquisição de Produtos para Revenda	0,00	0,00	0,00
143	4.5.90.63.00	Aquisição de Títulos de Crédito	0,00	0,00	0,00
144	4.5.90.64.00	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00
145	4.5.90.65.00	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	0,00	0,00	0,00
146	4.5.90.66.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00
147	4.5.90.67.00	Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00
148	4.5.90.91.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
149	4.5.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
150	4.5.90.93.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00
151	4.5.90.XX.XX	Demais Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00
152	4.5.91.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00
153	4.6.00.00.00	Amortização da Dívida = (154)	8.250,30	8.250,30	8.250,30
154	4.6.90.00.00	Aplicações Diretas = (155+...+165)	8.250,30	8.250,30	8.250,30
155	4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	8.250,30	8.250,30	8.250,30
156	4.6.90.72.00	Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	0,00	0,00	0,00
157	4.6.90.73.00	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada	0,00	0,00	0,00
158	4.6.90.74.00	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada	0,00	0,00	0,00
159	4.6.90.75.00	Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
160	4.6.90.76.00	Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	0,00	0,00	0,00
161	4.6.90.77.00	Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	0,00	0,00	0,00
162	4.6.90.91.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
163	4.6.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
164	4.6.90.93.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00
165	4.6.90.XX.XX	Demais Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

					RS 1,00
166	7.7.99.99.99	Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00
167	9.9.99.99.99	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00

Declaramos que os dados acima foram extraídos dos balanços gerais consolidados do Município.

Conforme orientação do TCU, os gastos com pensões e aposentadorias do Regime Próprio de Previdência devem ser registrados no grupo de Pessoal e Encargos Sociais (3.1.90.XX.YY).

Fonte:

Nota:

SAO JOAO DO TIGRE, 09/05/2011

EDUARDO JORGE LIMA DE ARAÚJO
PREFEITO
CPF.: 031.332.404-20

ROMÉRIO JATOBÁ MEDEIROS
TESOUREIRO
CPF.: 936.396.004-87

MARIA DA PENHA DE SOUSA
CONTADORA
CPF.: 250.817.054-20

**QUADRO DE DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

CAMPO	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1		Total da Despesa por Função = (2+6+10+14+27+32+37+41+47+53+61+67+76+80+85+90+94+98+105+10+119+123+130+137+141+147+154+159) (Exceto INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	7.511.796,14
2	00001	Legislativa = (3+4+5)	
3	01031	Ação Legislativa	363.339,00
4	01032	Controle Externo	363.339,00
5	01999	Demais Subfunções - Legislativa	0,00
6	00002	Judiciária = (7+8+9)	0,00
7	02061	Ação Judiciária	23.474,00
8	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00
9	02999	Demais Subfunções - Judiciária	23.474,00
10	00003	Essencial à Justiça = (11+12+13)	0,00
11	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00
12	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00
13	03999	Demais Subfunções - Essencial à Justiça	0,00
14	00004	Administração = (15+...+26)	0,00
15	04121	Planejamento e Orçamento	899.397,76
16	04122	Administração Geral	329.937,08
17	04123	Administração Financeira	480.775,69
18	04124	Controle Interno	0,00
19	04125	Normatização e Fiscalização	88.684,99
20	04126	Tecnologia da Informação	0,00
21	04127	Ordenamento Territorial	0,00
22	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00
23	04129	Administração de Receitas	0,00
24	04130	Administração de Concessões	0,00
25	04131	Comunicação Social	0,00
26	04999	Demais Subfunções - Administração	0,00
27	00005	Defesa Nacional = (28+...+31)	0,00
28	05151	Defesa Aérea	0,00
29	05152	Defesa Naval	0,00
30	05153	Defesa Terrestre	0,00
31	05999	Demais Subfunções - Defesa Nacional	0,00
32	00006	Segurança Pública = (33+...+36)	0,00
33	06181	Policimento	63,88
34	06182	Defesa Civil	63,88
35	06183	Informação e Inteligência	0,00
36	06999	Demais Subfunções - Segurança Pública	0,00
37	00007	Relações Exteriores = (38+39+40)	0,00
38	07211	Relações Diplomáticas	0,00
39	07212	Cooperação Internacional	0,00
40	07999	Demais Subfunções - Relações Exteriores	0,00
41	00008	Assistência Social = (42+...+46)	0,00
42	08241	Assistência ao Idoso	388.813,28
43	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00
44	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00
45	08244	Assistência Comunitária	56.510,16
46	08999	Demais Subfunções - Assistência Social	332.303,12
47	00009	Previdência Social = (48+...+52)	0,00
48	09271	Previdência Básica	251.384,08
49	09272	Previdência do Regime Estatutário	251.384,08
50	09273	Previdência Complementar	0,00

**QUADRO DE DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

			R\$ 1,00
51	09274	Previdência Especial	0,00
52	09999	Demais Subfunções - Previdência Social	0,00
53	00010	Saúde = (54+...+60)	1.529.202,24
54	10301	Atenção Básica	1.406.614,34
55	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	111.300,10
56	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	10.017,80
57	10304	Vigilância Sanitária	1.270,00
58	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00
59	10306	Alimentação e Nutrição	0,00
60	10999	Demais Subfunções - Saúde	0,00
61	00011	Trabalho = (62+...+66)	0,00
62	11331	Proteção e Benefício ao Trabalhador	0,00
63	11332	Relações de Trabalho	0,00
64	11333	Empregabilidade	0,00
65	11334	Fomento ao Trabalho	0,00
66	11999	Demais Subfunções - Trabalho	0,00
67	00012	Educação = (68+...+75)	2.696.854,64
68	12361	Ensino Fundamental	2.625.309,64
69	12362	Ensino Médio	0,00
70	12363	Ensino Profissional	0,00
71	12364	Ensino Superior	0,00
72	12365	Educação Infantil	1.007,00
73	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00
74	12367	Educação Especial	0,00
75	12999	Demais Subfunções - Educação	70.538,00
76	00013	Cultura = (77+78+79)	57.447,10
77	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00
78	13392	Difusão Cultural	57.447,10
79	13999	Demais Subfunções - Cultura	0,00
80	00014	Direitos da Cidadania = (81+...+84)	0,00
81	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00
82	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00
83	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00
84	14999	Demais Subfunções - Direitos da Cidadania	0,00
85	00015	Urbanismo = (86+...+89)	767.604,23
86	15451	Infra-Estrutura Urbana	144.431,44
87	15452	Serviços Urbanos	81.118,54
88	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00
89	15999	Demais Subfunções - Urbanismo	542.054,25
90	00016	Habitação = (91+92+93)	0,00
91	16481	Habitação Rural	0,00
92	16482	Habitação Urbana	0,00
93	16999	Demais Subfunções - Habitação	0,00
94	00017	Saneamento = (95+96+97)	74.992,25
95	17511	Saneamento Básico Rural	70.036,97
96	17512	Saneamento Básico Urbano	4.355,28
97	17999	Demais Subfunções - Saneamento	600,00
98	00018	Gestão Ambiental = (99+...+104)	14.070,46
99	18541	Preservação e Conservação Ambiental	14.070,46
100	18542	Controle Ambiental	0,00
101	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00
102	18544	Recursos Hídricos	0,00
103	18545	Meteorologia	0,00
104	18999	Demais Subfunções - Gestão Ambiental	0,00

**QUADRO DE DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

			RS 1,00
105	00019	Ciência e Tecnologia = (106+...+109)	0,00
106	19571	Desenvolvimento Científico	0,00
107	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00
108	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00
109	19999	Demais Subfunções - Ciência e Tecnologia	0,00
110	00020	Agricultura = (111+...+118)	212.609,89
111	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00
112	20602	Promoção da Produção Animal	0,00
113	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00
114	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00
115	20605	Abastecimento	0,00
116	20606	Extensão Rural	15.083,40
117	20607	Irrigação	0,00
118	20999	Demais Subfunções - Agricultura	197.526,49
119	00021	Organização Agrária = (120+121+122)	0,00
120	21631	Reforma Agrária	0,00
121	21632	Colonização	0,00
122	21999	Demais Subfunções - Organização Agrária	0,00
123	00022	Indústria = (124+...+129)	0,00
124	22661	Promoção Industrial	0,00
125	22662	Produção Industrial	0,00
126	22663	Mineração	0,00
127	22664	Propriedade Industrial	0,00
128	22665	Normalização e Qualidade	0,00
129	22999	Demais Subfunções - Indústria	0,00
130	00023	Comércio e Serviços = (131+...+136)	0,00
131	23691	Promoção Comercial	0,00
132	23692	Comercialização	0,00
133	23693	Comércio Exterior	0,00
134	23694	Serviços Financeiros	0,00
135	23695	Turismo	0,00
136	23999	Demais Subfunções - Comércio e Serviços	0,00
137	00024	Comunicações = (138+139+140)	0,00
138	24721	Comunicações Postais	0,00
139	24722	Telecomunicações	0,00
140	24999	Demais Subfunções - Comunicações	0,00
141	00025	Energia = (142+...+146)	0,00
142	25751	Conservação de Energia	0,00
143	25752	Energia Elétrica	0,00
144	25753	Petróleo	0,00
145	25754	Alcool	0,00
146	25999	Demais Subfunções - Energia	0,00
147	00026	Transporte = (148+...+153)	22.393,80
148	26781	Transporte Aéreo	0,00
149	26782	Transporte Rodoviário	22.393,80
150	26783	Transporte Ferroviário	0,00
151	26784	Transporte Hidroviário	0,00
152	26785	Transportes Especiais	0,00
153	26999	Demais Subfunções - Transporte	0,00
154	00027	Desporto e Lazer = (155+...+158)	0,00
155	27811	Desporto de Rendimento	0,00
156	27812	Desporto Comunitário	0,00
157	27813	Lazer	0,00
158	27999	Demais Subfunções - Desporto e Lazer	0,00

**QUADRO DE DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

			R\$ 1,00
159	00028	Encargos Especiais = (160+...+166)	210.149,53
160	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	152.294,88
161	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00
162	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00
163	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00
164	28845	Transferências	0,00
165	28846	Outros Encargos Especiais	57.854,65
166	28999	Demais Subfunções - Encargos Especiais	0,00
167		TOTAL DA DESPESA POR FUNÇÃO (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)	0,00
468		TOTAL GERAL DA DESPESA POR FUNÇÃO = (1+167)	7.511.796,14

Declaramos que os dados acima foram extraídos dos balanços gerais consolidados do município.

Fonte:

Nota:

SAO JOAO DO TIGRE, 09/05/2011

EDUARDO JORGE LIMA DE ARAÚJO
PREFEITO
CPF.: 031.332.404-20

ROMÉRIO JATOBÁ MEDEIROS
TESOUREIRO
CPF.: 936.396.004-87

MARIA DA PENHA DE SOUSA
CONTADORA
CPF.: 250.817.054-20

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO	RS 1,00
1	RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA = (2+23)	
2	RECEITA ORÇAMENTÁRIA = (3+12-18-19+20-21+22)	7.887.854,14
3	Receitas Correntes = (4+...+11)	7.490.137,77
4	Receita Tributária	8.340.231,70
5	Receitas de Contribuições	176.215,74
6	Receitas Patrimonial	0,00
7	Receitas Agropecuária	24.785,22
8	Receitas Industrial	0,00
9	Receitas de Serviços	0,00
10	Transferências Correntes	0,00
11	Outras Receitas Correntes	8.104.234,42
12	Receitas de Capital = (13+...+17)	34.996,32
13	Operações de Crédito	178.100,00
14	Alienação de Bens	0,00
15	Amortização de Empréstimos	3.100,00
16	Transferências de Capital	0,00
17	Outras Receitas de Capital	175.000,00
18	Dedução para o FUNDEB	0,00
19	Deduções da Receita	0,00
20	Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.028.193,93
21	Deduções das Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
22	Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
23	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS = (24+35)	0,00
24	Incorporações de Ativos = (25+...+34)	397.716,37
25	AQUISIÇÕES DE BENS MÓVEIS	397.716,37
26	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	135.986,80
27	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	261.729,57
28	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00
29	AQUISIÇÕES DE BENS INTANGÍVEIS	0,00
30	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00
31	OUTRAS INCORPORAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00
32	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS	0,00
33	GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	0,00
34	DIVERSOS	0,00
35	Desincorporações de Passivos	0,00
36	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA = (37+38)	0,00
37	RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00
38	ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS = (39+51+60+61+62+63+64)	0,00
39	Incorporações de Ativos. = (40+...+50)	0,00
40	INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	0,00
41	INSCRIÇÃO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00
42	CANCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00
43	INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00
44	INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00
45	INCORPORAÇÕES DE BENS INTANGÍVEIS	0,00
46	INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	0,00
47	INCORPORAÇÃO DE DISPONIBILIDADES	0,00
48	INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	0,00
49	INCORPORAÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS DE FÁBRICA	0,00
50	DIFERIDO	0,00
51	Ajustes de Bens, Valores e Créditos = (52+...+59)	0,00
52	REAVALIAÇÃO DE BENS	0,00
53	REAVALIAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	0,00

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

		RS 1,00
54	AJUSTE DE CRÉDITO - VARIAÇÃO CAMBIAL	0,00
55	AJUSTE DE CRÉDITO - VARIAÇÃO MONETÁRIA	0,00
56	DEMAIS AJUSTES DE CRÉDITOS	0,00
57	AJUSTES POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00
58	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	0,00
59	DIVERSAS	0,00
60	Desincorporações de Passivos.	0,00
61	Ajustes de Obrigações	0,00
62	Ajustes Monetários do Balanço	0,00
63	Resultado da Equivalência Patrimonial	0,00
64	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
65	TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS = (1 + 36)	7.887.854,14
66	RESULTADO PATRIMONIAL DEFICITÁRIO	0,00
67	TOTAL GERAL = (65+66)	7.887.854,14

Declaramos que os dados acima foram extraídos dos balanços gerais consolidados do Município.

Fonte:

Nota:

SAO JOAO DO TIGRE, 09/05/2011

EDUARDO JORGE LIMA DE ARAÚJO
PREFEITO
CPF.: 031.332.404-20

ROMÉRIO JATOBÁ MEDEIROS
TESOUREIRO
CPF.: 936.396.004-87

MARIA DA PENHA DE SOUSA
CONTADORA
CPF.: 250.817.054-20

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1	RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA = (2+19)	7.514.896,14
2	DESPESA ORÇAMENTÁRIA = (3+9+17+18)	7.511.796,14
3	Despesas Correntes = (4+5+6+7+8)	6.794.395,15
4	Pessoal e Encargos Sociais	3.514.539,28
5	Juros e Encargos da Dívida Interna	10.266,60
6	Juros e Encargos da Dívida Externa	0,00
7	Transferências Correntes	0,00
8	Outras Despesas Correntes	3.269.589,27
9	Despesas de Capital = (10+11+12+15+16)	717.400,99
10	Investimentos	567.122,41
11	Inversões Financeiras	0,00
12	Amortização/Refinanciamento da Dívida = (13+14)	150.278,58
13	Amortização da Dívida Interna	150.278,58
14	Amortização da Dívida Externa	0,00
15	Transferência de Capital	0,00
16	Outras Despesas de Capital	0,00
17	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
18	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
19	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS = (20+32)	3.100,00
20	Desincorporações de Ativos = (21+...+31)	3.100,00
21	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00
22	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	3.100,00
23	ALIENAÇÃO DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	0,00
24	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00
25	EMPRÉSTIMOS TOMADOS	0,00
26	OUTRAS LIQUIDAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00
27	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - Baixa	0,00
28	BAIXA DE FORNECEDORES A RECEBER	0,00
29	RECEBIMENTOS CRÉDITOS	0,00
30	DIVERSOS	0,00
31	COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA	0,00
32	Incorporações de Passivos	0,00
33	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA = (34+35)	0,00
34	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00
35	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS = (36+45+51+52+53+54+55)	0,00
36	Desincorporações de Ativos. = (37+...+44)	0,00
37	CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA	0,00
38	ENCAMPAÇÃO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00
39	DIVERSAS	0,00
40	BAIXA DE BENS IMÓVEIS	0,00
41	BAIXA DE BENS MÓVEIS	0,00
42	BAIXA DE BENS INTANGÍVEIS	0,00
43	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	0,00
44	BAIXA DE DIREITOS	0,00
45	Ajustes de Bens, Valores e Créditos = (46+...+50)	0,00
46	DESVALORIZAÇÃO DE BENS	0,00
47	DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	0,00
48	AJUSTES DE CRÉDITOS	0,00
49	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00
50	AJUSTES POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00
51	Incorporações de Passivos.	0,00
52	Ajustes de Obrigações	0,00
53	Ajustes Monetários do Balanço	0,00

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS**

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

		RS 1,00
54	Resultado da Equivalência Patrimonial	0,00
55	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
56	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS = (1+33)	7.514.896,14
57	RESULTADO PATRIMONIAL SUPERAVITÁRIO	372.958,00
58	TOTAL GERAL = (56+57)	7.887.854,14

Declaramos que os dados acima foram extraídos dos balanços gerais consolidados do Município.

Fonte:

Nota:

SAO JOÃO DO TIGRE, 09/05/2011

EDUARDO JORGE LIMA DE ARAÚJO
PREFEITO
CPF.: 031.332.404-20

ROMÉRIO JATOBÁ MEDEIROS
TESOUREIRO
CPF.: 936.396.004-87

MARIA DA PENHA DE SOUSA
CONTADORA
CPF.: 250.817.054-20

PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

MUNICÍPIO: SAO JOAO DO TIGRE/PB

CNPJ: 09.074.592/0001-60

Exercício: 2010

CVA: 2011050910382848500301

CAMPO	A Administração possui Autarquias? Em caso afirmativo preencha os campos a seguir.	
	NOME DA UNIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO ¹
1	Nome da Autarquia	

CAMPO	A Administração possui Fundações? Em caso afirmativo preencha os campos a seguir.	
	NOME DA UNIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO ¹
2	Nome da Fundação	

CAMPO	A Administração possui Fundos com personalidade jurídica própria? Em caso afirmativo preencha os campos a seguir.	
	NOME DA UNIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO ¹
3	Nome do Fundo	

CAMPO	A Administração possui Empresas Estatais Dependentes? Em caso afirmativo preencha os campos a seguir.	
	NOME DA UNIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO ¹
4	Nome da Empresa Estatal Dependente	

CAMPO	Consolidação de Contas		
	Se a resposta tiver sido afirmativa em pelo uma das perguntas anteriores, as contas anuais que estão sendo encaminhadas consolidam essas entidades? Marque com um X a resposta correta.	SIM	NÃO
5			

CAMPO	A Administração possui Empresas Estatais Não Dependentes? Em caso afirmativo preencha os campos a seguir.	
	NOME DA UNIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO ¹
6	Nome da Empresa Estatal Não Dependente	

¹ A área de atuação deverá corresponder a um dos 28 títulos das funções que compõem o Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção.

Fonte:

Nota:

SAO JOAO DO TIGRE, 09/05/2011

EDUARDO JORGE LIMA DE ARAÚJO
PREFEITO
CPF.: 031.332.404-20

ROMÉRIO JATOBÁ MEDEIROS
TESOUREIRO
CPF.: 936.396.004-87

MARIA DA PENHA DE SOUSA
CONTADORA
CPF.: 250.817.054-20